

A rentabilidade dos investimentos em renda fixa, especialmente em títulos de dívida do governo, diante da elevada taxa de juros no País, não desviou a atenção dos fundos de pensão na meta de diversificar o portfólio. Nesse caminho, os aportes em private equity estão ganhando espaço, contribuindo, ainda, para que as entidades consigam complementar sua exposição em setores que ainda não são bem representados na Bolsa de valores.

"O private equity pode ser uma maneira de acessar alguns setores e algumas empresas com grande crescimento e que via bolsa é mais difícil. Esse é um dos atrativos", afirma François Racicot, líder da área de consultoria em investimentos da Mercer no Brasil, que presta assessoria às fundações. No fim do ano passado os investimentos estruturados das fundações, que engloba o private equity, estavam em 3% do total do patrimônio, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Na Valia, fundo de pensão dos funcionários da mineradora Vale, por exemplo, a política de investimentos para os planos de benefícios definidos já possui 12% de capital comprometido para investimentos em private equity, sendo que 5% já foram investidos. "Do ponto de vista da diversificação já temos isso na nossa política há mais de dez anos, sempre trabalhando com um cenário de queda de juros e de se ter o melhor perfil de risco", destaca o diretor de Investimentos e Finanças da Valia, Maurício Wanderley. Os aportes em private equity, ainda segundo Wanderley, funcionam ainda como uma complementação na carteira de renda variável. "Nós conseguimos investir em novas empresas por meio do private equity", justifica.

A representatividade do private equity na carteira da fundação deverá crescer anualmente, para alcançar a fatia de 12% em um prazo de até três anos, estima o executivo. "Nós gostamos da relação risco e retorno e buscamos uma complementaridade da carteira", disse. Entre as companhias em que a Valia tem participação, por meio de investimentos de FIPs - Fundos de Investimentos em Participações -, estão a Tok&Stok e a Ri Happy. Pelas regras, os fundos de pensão podem ter, no máximo, 25% do capital de um FIP.

Na fundação Real Grandeza, dos funcionários de Furnas, os investimentos em private equity também têm espaço garantido na carteira. A despeito dos títulos públicos permitirem que o fundo de pensão alcance a meta atuarial, diante da atual taxas de juros, o diretor de Investimentos da fundação Eduardo Garcia, destaca que o peso dos investimentos em private equity não diminuiu. "Nós aproveitamos um momento do fim do ano passado para ampliar posição em títulos públicos, mas mesmo assim continuamos na prospecção de FIPs", disse.

O olhar do fundo de pensão está em FIPs que possam gerar uma alternativa de proporcionar retornos reais 3% superior ao mercado de ações. "Só encarteiramos produtos com esse potencial", disse o diretor de Investimentos da fundação.

Racicot, da Mercer, lembra, por outro lado, que o movimento por parte das fundações em private equity ainda é tímido, visto que ainda falta conhecimento sobre essa classe de investimentos. Outro ponto que acaba barrando a entrada de fundações em private equity é o fato de haver poucas opções, disse. Além disso, o especialista afirma que os fundos de pensão de médio porte, que possuem um capital disponível mais baixo para investir, acabam desistindo de ingressar em FIPs, já que o aporte necessário no fundo impediria uma diversificação.

"O ideal para diversificar é investir com mais gestores, em fundos de maturidade diferentes, em setores e regiões distintas", explica. Segundo ele, uma forma de atrair as fundações desse porte seria por meio de fundos de private equity. "Há poucos veículos adaptados para esses fundos de pensão no Brasil", diz.

Fonte: Agência Estado, em 10.08.2014.

